

Artigo

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2022i32e57979>

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UM INSTRUMENTO DE INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL

¹Prof^o Dr^o Antonio Guerra Junior

Resumo

O presente estudo apresenta uma análise sobre a realidade das cooperativas de crédito no Brasil, sobretudo como agente de inclusão social. As cooperativas de crédito estão presentes entre soluções para o desenvolvimento local, sempre visando aumentar a cultura produtiva ao incentivar o empreendedorismo, a distribuição de renda, a redução das desigualdades e a pobreza. O objetivo deste artigo é analisar a importância das cooperativas de crédito como um instrumento de inclusão social e sua ascensão social. A pesquisa caracteriza-se por do tipo qualitativa e por coleta de dados secundários, e documental sobre cooperativas de crédito, elas são vistas como atores-chave na implementação da inclusão social, contribuindo assim para o desenvolvimento de um determinado local, enquanto estratégia de responsabilidade social e na otimização das ações das cooperativas de crédito.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito; Inclusão social; Ascensão social; Sistemas de crédito.

Abstract

The present study presents an analysis of the reality of credit unions in Brazil, especially as an agent of social inclusion. Credit cooperatives are present among solutions for local development, always aiming to increase the productive culture by encouraging entrepreneurship, income distribution, reduction of inequalities and poverty. The objective of this article is to analyze the importance of credit unions as an instrument of social inclusion and their social ascension. The research is characterized by a qualitative type and by the collection of secondary and documentary data on credit unions, they are seen as actors key in the implementation of social inclusion, thus contributing to the development of a given location, as a social responsibility strategy and in optimizing the actions of credit unions.

Keywords: Credit unions; Social inclusion; Social ascension; Credit systems.

¹Doutor pela PUC/SP em Ciências Sociais, Mestre em Administração pela USCS, Mestre em Administração pela FACCAMP, Professor da Universidade Municipal de São Caetano e Membro do Conselho Regional de Contabilidade.

..... Artigo

Resumen

El presente estudio presenta un análisis de la realidad de las cooperativas de ahorro y crédito en Brasil, especialmente como agente de inclusión social. Las cooperativas de crédito están presentes entre las soluciones para el desarrollo local, siempre con el objetivo de incrementar la cultura productiva fomentando el emprendimiento, la distribución del ingreso, la reducción de las desigualdades y la pobreza. El objetivo de este artículo es analizar la importancia de las cooperativas de ahorro y crédito como instrumento de inclusión social y su ascensión social. La investigación se caracteriza por ser de tipo cualitativa y por la recolección de datos secundarios y documentales sobre las cooperativas de ahorro y crédito, se las ve como actores clave en la implementación de la inclusión social, contribuyendo así al desarrollo de un determinado lugar, como estrategia de responsabilidad social y en la optimización del accionar de las cooperativas de ahorro y crédito.

Palabras llave: Cooperativas de ahorro y crédito; Inclusión social; Ascensión social; Sistemas de

1 INTRODUÇÃO

Uma política pública consiste em um conjunto de medidas e intervenções do Estado e da sociedade, visando não apenas a garantia da ordem e da segurança social, mas também a prestação de serviços destinados a reduzir as desigualdades sociais e as desigualdades sociais conexas, promovendo o desenvolvimento econômico de esforços e recursos para resolver problemas que são considerados públicos e, portanto, afetam todos os membros de uma sociedade, ainda que indiretamente. Uma questão de suma importância como problema social e econômico é a exclusão financeira, tendo em vista que grande parte da população vive fora do sistema financeiro tradicional, contribuindo ainda mais para a extrema pobreza, sugerem Beck e DemirgüçKunt (2008).

Apontam para a falta de acesso dos pobres ao sistema financeiro, pois muitos projetos de investimento não podem ser realizados, mas também para a persistente desigualdade de renda. Segundo Beck (2015), as dificuldades de acesso a serviços financeiros podem ser definidas em duas dimensões principais: acesso geográfico, i. H. proximidade a um prestador de serviços financeiros e acesso socioeconômico, d. H. a falta de taxas proibitivas e requisitos de documentação. Além do isolamento geográfico em regiões onde o sistema financeiro não funciona e da falta de documentos que permitam o acesso ao sistema financeiro, a falta de

..... Artigo

acesso a ambientes virtuais, a falta de alfabetização financeira (informações, conhecimentos e habilidades).

Em primeiro lugar, a falta de recursos financeiros e de crédito per se, pois não é um público lucrativo para as instituições financeiras. O fato de não ser um público lucrativo para as instituições financeiras também está relacionado ao alto custo da logística de distribuição na prestação de serviços e na instalação de uma agência bancária.

Nesse sentido, os excluídos financeiramente representam aqueles grupos para os quais o mercado financeiro não tem conseguido oferecer serviços formais que atendam às suas necessidades. prestar serviços financeiros adequados e sustentáveis à população de baixa renda com produtos, processos e gestão diferenciados, que juntos formam um projeto de promoção da inclusão social. O BCB trabalha desde a década de 1990 para ampliar e melhorar o acesso da população aos serviços financeiros por meio de três frentes principais: (i) ampliar e fortalecer as vias de acesso aos serviços financeiros, (ii) criar ferramentas para melhor acesso segmentos, (iii) Garantia de qualidade na prestação de serviços financeiros.

No que se refere à ampliação das vias de acesso, há uma medida de fortalecimento das cooperativas de crédito, que são fundamentais para o abastecimento de determinados setores, principalmente no meio rural. Clubes de Crédito e Produção. (BC, 2012). A poupança e as cooperativas de crédito são assim consideradas de particular importância para a inclusão social, uma vez que, enquanto representantes de iniciativas de cidadania, pretendem oferecer serviços financeiros mais amigos da população, de forma a cobrir as necessidades de crédito a um preço justo que, em conjunto com iniciativas de estímulo ao empreendedorismo, contribui para a preservação de empregos e renda em pequenas comunidades e, assim, contribui significativamente para o desenvolvimento local sustentável Estrutura.

E fortalecida para atuar no Sistema Financeiro Nacional (SFN).Atualmente, as cooperativas podem atender uma parcela maior da população utilizando as possibilidades de articulação, por exemplo, cooperativas empresariais e entrada livre, bem como a variedade de serviços a que têm direito, equivalentes aos serviços bancários tradicionais instituições, mas com um formato mais acessível para a população de baixa renda.

Reconhecendo que as cooperativas de crédito são um ator fundamental no processo de inclusão social, este artigo menciona esse modelo de instituição lacuna como um potencial analítico para investigação. Devido à carência de estudos analisando a presença de atores não estatais envolvidos nas políticas públicas, principalmente no seu processo de implementação,

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, n32e57979

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

este estudo tem como objetivo analisar o envolvimento das cooperativas de crédito como atores do mercado na implementação do processo de promoção da inclusão social em Brasil.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes do BCB, por serem considerados o ator governamental coordenador do projeto de inclusão social, além de fontes bibliográficas e documentais que mostram a atuação das cooperativas de crédito em prol da inclusão social no Brasil no país, bem como com representantes dos três principais sistemas cooperativos do Brasil, a saber, Sicredi, Sicoob e Cresol, por serem considerados implementadores da inclusão social, e com a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). A análise dos documentos foi realizada e as entrevistas foram analisadas analiticamente de conteúdo para melhor sistematizar e organizar as informações e depois analisá-las com o objetivo de verificar a importância da poupança e das cooperativas de crédito na implementação da inclusão social no Brasil.

Assim, este estudo está estruturado da seguinte forma: Após a introdução, foi realizado um levantamento teórico sobre a implementação da inclusão social no Brasil e a importância da poupança e das cooperativas de crédito nesse processo.

Posteriormente, foram divulgados os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do trabalho, em seguida divulgados. Dados sobre a atuação das cooperativas de crédito na inclusão social no Brasil para ressaltar sua importância nesta política e por fim foram feitas reflexões conclusivas sobre o trabalho seguidas da apresentação das referências utilizadas.

2 TIPOLOGIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Nas economias capitalistas, o sistema financeiro e as suas instituições são elementos-chave no financiamento do crescimento econômico e do progresso social. As operações de crédito, em particular, asseguram a disponibilidade de fundos para financiar diversos objetivos dos mutuários (tanto pessoas singulares como coletivas), nomeadamente:

Investimentos em novos projetos, aquisição de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra, atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), rolagem, compra de bens e serviços (consumo), entre outros. Para que isso seja possível, as instituições financeiras atuam no mercado de crédito como intermediárias entre ofertantes e solicitantes de financiamento, ou

..... Artigo

seja, entre poupadores/credores (agentes excedentes) e investidores/mutuários (agentes deficitários)/ou “descasamento” entre agentes devido diferentes necessidades e objetivos.

Essas instituições desempenham um importante papel alocativo nas economias, gerenciando tanto os custos de transação (informação e intermediação) quanto os riscos (inadimplência, insolvência e iliquidez) associados às operações de crédito no mercado.

Na prática, as instituições de crédito promovem a compatibilidade temporal entre ativos de diferentes tipos, linhas e vencimentos (curto, médio e longo prazo) para garantir agilidade e eficiência na transferência e disponibilidade de recursos entre os agentes, além de realizar análises do perfil de crédito dos potenciais mutuários e definir os parâmetros das operações, como formas de liquidação, garantias e preços razoáveis dos recursos (taxas de juros e índices). Com base em experiências pioneiras no mundo e no Brasil, as cooperativas de crédito ampliaram e consolidaram sua participação nos sistemas financeiros internacionais.

Este processo reflete a importância das instituições de crédito e cooperativas como alternativa ao sistema bancário tradicional. Negócios e regiões geográficas onde a oferta de serviços financeiros e de crédito é escassa/limitada pelos negócios) das cooperativas de crédito, na expansão de pessoas físicas e cooperativas, aumentando o número de lojas e o volume de depósitos, diversificando a carteira de negócios e crédito, e Oferecer produtos e serviços aos parceiros.

No final de 2018, o estoque do sistema cooperativista representava 7,9% do crédito total do varejo, segundo o banco central, com cooperativas individuais atendendo cerca de 47 comunidades no Brasil, principalmente nas regiões Sul (92%) e Sudeste (58%) regiões. e Centro-Oeste (56%). Em termos de penetração, 4,2% da população brasileira estava associada a cooperativas, sendo essa proporção significativamente maior na região Sul (17%) e menor no Nordeste (1%).

Ao longo da história, as cooperativas de crédito absorveram os princípios e regras de todas as experiências cooperativas pioneiras, levando a uma tipologia de "modelos" que serviram de base para a criação de novas instituições, cada uma com suas características e regras específicas:

1. Tipo Schulze Delitzsch: Inspirado na experiência pioneira de Hermann Schulze e cooperativas urbanas em Delitzch, Alemanha (1849) Dada a abordagem original para atender às necessidades de crédito da classe média urbana (artesãos, comerciantes, pequenos

..... Artigo

empresários e proprietários de empresas e indústrias) não possui nenhum tipo de organização profissional fechada e permite a participação de todas as categorias econômicas.

2. Tipo de Raiffeisen: Inspirado nas cooperativas de crédito camponesas pioneiras de Friedrich Raiffeisen na Renânia-Palatinado (Alemanha, 1848), suas principais características são a responsabilidade solidária ilimitada dos membros, a singularidade dos votos dos sócios (independentemente do número de ações), agência limitada, falta de capital social, não distribuição de sobras, sobras ou dividendos e não remuneração dos administradores.

3. Tipo Luzzatti: Inspirado na experiência do italiano Luigi Luzzatti que fundou o primeiro banco cooperativo em Milão e Itália (1865). pequenas ações corporativas; Crédito mesmo para pequenos valores sem garantia; sem remuneração do conselho e responsabilidade limitada ao valor da subscrição.

4. Tipo Desjardins: Inspirado na experiência do banco popular de Alphonse Desjardins em Lévis, província de Quebec, Canadá (1900/1901), sua principal característica era a existência de um ponto comum entre os membros, reunindo grupos homogêneos, como B. Membros de associações, trabalhadores da mesma empresa, funcionários públicos. No Brasil, ficou conhecida como cooperativa de crédito mútuo.

No início dos anos 2000, a maioria das cooperativas de crédito eram classificadas com base nas restrições e regras de adesão como novas mudanças no ambiente regulatório (incluindo, por exemplo, cooperativas de crédito rural, cooperativas de crédito setoriais e autônomos), popularizando as cooperativas de livre entrada com maior flexibilidade na carta, por exemplo em relação às conexões geográficas (links) entre a cooperativa e seus associados. A Deliberação CVM nº 4.434/2015 voltou a alterar a classificação e categorização das cooperativas de crédito individuais no Brasil, desta vez de acordo com os negócios permitidos e os riscos que assumem: das Categorias é uma cooperativa não autorizada a aceitar depósitos, transações em ouro, variação cambial ou cambial, derivativos e preços e futuros de commodities, securitizações, empréstimos de ativos, acordos de recompra e tranches. O empréstimo provém exclusivamente de contribuições diretas pagas pelos membros.

Cooperativas clássicas: podem aceitar depósitos, mas não podem realizar operações mais complexas e arriscadas, já vedadas às cooperativas mais simples (operações em moeda estrangeira, variação cambial, derivativos e futuros). mercados).

Cooperativas plenas: Têm o direito de arrecadar contribuições e realizar todas as operações previstas na resolução. Também foram pactuados novos valores para o capital inicial,

..... Artigo

patrimônio, estrutura de gestão e sistema de cálculo de capital, conforme a nova classificação das cooperativas. estabeleceu financiamento de resolução cooperativa.

Ainda, de acordo com o Banco Central do Brasil, o que pode ser observado sobre as cooperativas de crédito nos últimos 30 anos:

- Expandiram consistentemente sua presença no Brasil, seja por meio da criação de novas cooperativas ou da expansão de pontos de atendimento, ou aumento do emprego formal associado diretamente às cooperativas.
- Este percurso de expansão da cooperativa número deu lugar a uma consolidação estrutural e operacional nos últimos anos, após inúmeras alterações no quadro institucional e regulamentar do segmento.
- Geograficamente, a presença e atenção das cooperativas de crédito tornou-se mais tradicional nas regiões cooperativas (estados da Região Sul, além de Minas Gerais na Região Sudeste) e se espalhou para outras regiões do país (como o Centro-Oeste e o Norte), menos atendido pelo sistema financeiro.
- No que diz respeito ao tipo/regulamento de filiação, a predominância e aumento de cooperativas com “livre entrada” é em detrimento das cooperativas com restrições de associação (ex. certos setores).

Desde sua criação, até o século XIX, as cooperativas de crédito expandiram substancialmente sua presença e operações com sucesso na introdução e implementação de modelos associativos em diversas comunidades e propósitos (por exemplo, produtores rurais, empresários e grupos profissionais) e também em Brasil, onde essas instituições formaram um sistema próprio e foram gradativamente regulamentadas e integradas ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) - sem abandonar seus princípios e valores únicos.

Mais recentemente, esse processo caracterizou-se pela consolidação institucional do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC), pela implantação de boas práticas de governança e gestão de risco pelas cooperativas, pelo crescimento do número de instituições e pela rede de serviços nos municípios, bem como pela diversificação das áreas de atuação (em termos de produtos e serviços oferecidos) carteiras de crédito.

A consolidação dessa trajetória de crescimento, aliada à solidez e saúde dos indicadores dos institutos cooperativos, ressalta cooperativa como alternativa sustentável e bem sucedida de acesso da população e empresários para ampliar produtos e serviços bancários e

..... Artigo

principalmente crédito - historicamente reportado estado de indicadores institucionais Cooperativas enfatiza o cooperativismo como uma alternativa sustentável e bem sucedida para ampliar o acesso da população e dos empresários contam com produtos e serviços bancários e, principalmente, com crédito, condição historicamente identificada em como pré-requisito para o desenvolvimento e bem-estar de segmentos e comunidades fragilizadas mesmo em tempos de crise e recessão.

Além da inclusão social, o crescimento das cooperativas tem implicações sistêmicas, trabalhando em conjunto para aumentar a concorrência, desigualdades econômicas e reduzir as barreiras/custos que dificultam o acesso da comunidade ao crédito (em questões como taxas de juros) e, por essas razões, o papel estratégico das cooperativas tem sido reconhecido pelo próprio Banco Central, que no programa Desafios 2022 estabeleceu uma série de metas para o segmento, entre elas:

- i. aumentar de 8% para 20% a participação de cooperativas nos créditos concedidos no SFN,
- ii. aumentar a captação dos cooperados no âmbito do próprio SNCC de 24% para 40%,
- iii. aumentar a presença das cooperativas entre os segmentos de renda e sua cobertura no Regiões Norte e Nordeste.

Nas linhas gerais, este estudo pode ser caracterizado como qualitativamente, já que os objetivos de pesquisa se encontram, abordando o objeto que pode analisar com maior profundidade (GIL, 2008).

2.1. A inclusão social no Brasil

No ciclo de políticas públicas, a implementação é vista como um processo em que as intenções desenvolvidas na fase de formulação de políticas tornam-se ações, i. H. um processo que visa atingir objetivos específicos, a fim de alcançar resultados específicos da mesma forma. , Impacto e Consequências (AZEREDO, LUIZA e BAPTISTA, 2014; FREY, 2000; VIANA, 1996).

A análise da fase de implementação é particularmente importante e necessária, uma vez que as medidas públicas não são apenas implementadas por atores públicos, mas cada vez mais também por atores públicos A implementação quase nunca é responsabilidade de um único

..... Artigo

ator e nem sempre ocorre dentro de uma organização, mas em um campo interorganizacional entre organizações públicas e privadas.

A implementação da inclusão social no Brasil depende da integração de diversos atores estatais e não estatais dedicados a fornecer serviços financeiros acessíveis à população de baixa renda. Embora a inclusão social ainda não esteja formalizada como política nacional no Brasil, existem diversas ações e programas nessa área que, juntos, formam um projeto destinado a promovê-la. Essas ações visam prestar serviços financeiros adequados e sustentáveis à população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional de produtos, processos e gestão diferenciados.

Estes incluem o Projeto Bancário, Micro Poupança, Micro Seguros, Educação Financeira, Projeto Moeda Social, Programa de Cidadania Financeira (PCF) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que é o projeto mais poderoso no assunto.

Atualmente, inclusão social é definida pelo BCB como “um estado em que toda a população tem acesso a serviços financeiros e os utiliza de forma simples, equânime e consciente que traz benefício ao bem-estar do cidadão de forma que seja conveniente e com preços acessíveis.”

É visto como um estado onde todos os adultos têm acesso efetivo a serviços financeiros fornecidos por instituições formais, como: Empréstimos, poupança, pagamentos, seguros, pensões e investimentos (BCB, 2018).

A capacidade de acessar e utilizar produtos e serviços fornecidos pelo sistema financeiro formal e que sejam adequados e sustentáveis para atender a demanda de suas necessidades, ressaltando que é desenvolvimento financeiro por meio da democratização, implicando na promoção da chamada inclusão social Beck (2015) enfatiza que os produtos baseados em necessidades são sustentáveis tanto para fornecedores quanto para usuários, mas não implicam preços abusivos, é um aspecto importante na inclusão econômica da população.

Na inclusão social, instituições como o BCB, ministérios e outros órgãos governamentais fazem parte do nível macro. O BCB é uma instituição chave para a regulação do sistema financeiro e das instituições bancárias, além de ter papel fundamental na orientação. Inclusão social 2009 formulou o projeto “Inclusão social”, que visa repensar, junto aos atores envolvidos, o modelo de inclusão social no país de forma a permitir o acesso a serviços financeiros que atendam às necessidades da população brasileira.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, n32e57979

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

Sobre a questão da inclusão social no Brasil hoje por dois motivos fundamentais: reconhecida capacidade de facilitar o encontro e articulação de diferentes atores em torno da questão das microfinanças; e experiência no exercício da regulação e supervisão do sistema financeiro, função proprietária (BCB, 2009).

Por meio de canais físicos, virtuais ou eletrônicos, as instituições que prestam serviços de microfinanças ganham capilaridade e estão conseguindo aproximar os serviços financeiros da população de baixa renda e das regiões menos apoiadas de forma mais viável do que o sistema financeiro tradicional, disponibilizá-los para financiamento/investimento de microempreendedores e famílias, abrir novas oportunidades e trabalhar em conjunto para a expansão do desenvolvimento econômico. Portanto, as microfinanças atuam como uma força relevante na redução da desigualdade social, uma vez que a garantia de melhor acesso aos serviços financeiros é uma ferramenta importante.

3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

As cooperativas com forte caráter social são mais propensas a buscar o equilíbrio entre a situação econômica e social, as cooperativas de crédito são estruturas democraticamente fundadas que devem se basear nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas e nos lucros gerados pelas cooperativas, ou seja, é que a cooperativa, por meio da boa governança e de seu equilíbrio financeiro, poderá atuar fortemente em seu projeto social.

Em 2006, as taxas de crescimento percentuais do segmento ultrapassaram mesmo as elevadas taxas da banca comercial e dos ativos totais e depósitos, relativamente ao sistema financeiro nacional, o crédito tem ainda uma quota muito modesta, rondando atualmente os 3%, que tem uma visão da importância da poupança e das cooperativas de crédito para a inclusão social, lutou contra a concentração de renda e o acesso ao crédito, manifestou apoio ao setor e ao Banco Central do Brasil, que preza pelo crescimento do crédito sindicatos e atingirá a marca de 2 dígitos nos próximos anos com a participação do SFN.

Uma de suas medidas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mostra numericamente que onde há cooperativas as taxas de desenvolvimento são maiores. Para as cooperativas de crédito, o macro objetivo não é aumentar a demanda por serviços e produtos financeiros para satisfazer. que atendam às necessidades de crédito e poupança de suas

..... Artigo

subsidiárias; Embora haja uma abordagem financeira, deve-se mostrar que seja qual for a cooperativa, ela está inserida na base social, de modo que sua gestão seja considerada como um equilíbrio entre a finalidade econômica e a social, isso fica claro quando alguns princípios são referidos.

Interesse pela comunidade, formação, informação e educação, ações que só podem ser realizadas com apoio financeiro. Outra característica do perfil das cooperativas de crédito é a dispersão dos empréstimos. Praticamente 56% dos contratos liberados pelas cooperativas estão na faixa de valores de até mil reais, beneficiando pequenos empresários em vários municípios brasileiros, embora o mercado tenha sido muito exigente recentemente em termos de ofertas de crédito para cooperativas dada sua grande número de associados em função de sua Função e características Manter estreito relacionamento com seus associados, dando-lhes a posição privilegiada de poder verificar as necessidades suficientes de seus associados em recursos financeiros e serviços, bem como sua realidade e solvência, a concessão de crédito direcionado e produtivo, essas ações correspondem às cooperativas em nível muito baixo, afinal a empresa é acionista de si mesma.

Outro fato curioso é a comparação que simularia os juros cobrados pelos membros das cooperativas de crédito se fosse, isso não existisse e essas pessoas tivessem que ir aos bancos para fazer os mesmos empréstimos no valor de mais de R\$ 19 milhões, as cooperativas pagavam juros de R\$ 1.052 milhões às cooperativas, o mesmo valor nos bancos faz R\$ 2.054 R\$ milhões em juros, uma diferença de R\$ 1.001 milhões em um mês, 3% no sistema financeiro nacional, Segundo o Banco Central do Brasil e mesmo com essa pequena participação, ainda conseguem apoiar mil brasileiros em diferentes comunidades do interior e para servir nos principais centros do país. Se tivessem uma participação maior, certamente se beneficiariam com a proporcionalidade; Vale lembrar que a participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro do país ultrapassa 20%.

4. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

As cooperativas de crédito têm um formato institucional que favorece a prestação de serviços financeiros acessíveis aos menos favorecidos por causa de algumas características fundamentais: não têm fins lucrativos; coletar e aplicar as economias locais; representam uma

..... Artigo

estrutura local que combina atividades financeiras e sociais e possui características organizacionais baseadas na reciprocidade e autogoverno, onde o controle das decisões cabe exclusivamente aos parceiros (SCHRÖDER, 2005), esse formato facilita a seleção e o acompanhamento do Crédito, reduzindo custos operacionais, arrecadando e utilizando a poupança local, instalando-se em pequenas cidades ou em regiões desfavorecidas, contribuindo assim para o processo de inclusão social da população, que se expande com grande importância no Brasil e no mundo, e as cooperativas são atores de prestígio que contribuem para essa expansão por sua capilaridade e capacidade de atuação onde os bancos não têm interesse em estar presentes.

As cooperativas desenvolvem projetos específicos de acordo com a demanda do local, como por exemplo a bancarização de 300 lavouras de cana-de-açúcar, até pagamento eletrônico aos funcionários previamente com cheques, cartões de crédito simplificados para todos os funcionários e, em aliança com o sindicato, máquinas cooperativas têm sido introduzido na maioria dos estabelecimentos comerciais, de forma gratuita para os comerciantes que também aderiram à cooperativa abrindo suas contas, não apenas os alfaiates, mas a maioria dos moradores da cidade. começou a ser cooperado e a fazer operações bancárias com ele.

Por sua vez, as cooperativas podem contribuir ainda mais para a inclusão social, dada a sua capacidade de atingir as regiões mais pobres e isoladas, que não oferecem oportunidades de lucro para os bancos e onde se localiza justamente grande parte do público-alvo do microcrédito. Poupanças e cooperativas de crédito devem fazer ainda mais para atender as regiões e comunidades mais carentes, instalando suas unidades e contribuindo para a bancarização da população menos acessível. Assim, as cooperativas praticam a inclusão social de acordo com seus próprios princípios cooperativistas, sem nenhuma ação ou acordo formalizando essa ação, para que a população mais pobre tenha acesso ao crédito e outros serviços financeiros, levando à melhoria de sua qualidade de vida.

As poupanças e as cooperativas de crédito podem contribuir para a promoção do desenvolvimento local por meio de seus princípios, ações e formatos institucionais, muito diferentes dos bancos tradicionais: preservação local do capital, harmonização das taxas de juros, democratização das decisões, capilaridade dos sistemas de crédito cooperativo e a educação financeira que proporcionam são alguns dos principais pontos que reforçam sua importância e, por isso, têm despertado o interesse de muitos pesquisadores na capilaridade das cooperativas de crédito que estratos da sociedade ou regiões não são suficientemente atingidos

..... Artigo

pelo sistema financeiro tradicional. , pela educação financeira que oferece, bem como por sua ação de desenvolvimento, na medida em que os recursos financeiros gerados pelos esforços de austeridade em sua especialidade, na forma de crédito, poder aquisitivo e investimento, continuam estimulando a geração de empregos e renda e, portanto, o desenvolvimento econômico das regiões em que as cooperativas atuam.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo discutir o envolvimento das cooperativas de crédito no processo de inclusão social no Brasil e destacar sua importância e contribuição para uma melhor compreensão das cooperativas de crédito como canal de acesso aos serviços financeiros. a inclusão social representa a redução da desigualdade social e o desenvolvimento local.

Para isso, a pesquisa utilizou dados primários e secundários para mostrar como as cooperativas de crédito têm desempenhado seu papel como atores privados atuantes em políticas públicas bem pensadas. Os dados mostraram que a importância das cooperativas de crédito para a inclusão social decorre do fato de oferecerem uma gama de produtos e serviços financeiros de qualidade a preços mais acessíveis, pois atendem apenas aos interesses de seus associados, sem fins lucrativos . Por seus princípios e formato institucional, o sistema cooperativista foi visto pelo BCB como uma importante ferramenta para promover a inclusão social.

Primeiro, pela capacidade de se organizar em comunidades com muito pouco acesso a serviços financeiros, como aquelas localizadas longe dos grandes centros, bem como em comunidades de baixa renda que não são atraentes para o setor bancário tradicional por falta de renda suficiente, pela capacidade de mobilizar e aplicar recursos por meio de poupança e crédito em benefício da própria comunidade, estimulando os pequenos negócios rurais e urbanos, gerando empregos e rendas saudáveis, aumentando a competitividade do sistema financeiro, promovendo a equalização das taxas de juros e reduzindo os spreads bancários e, finalmente, a promoção da literacia financeira que contribua para uma vida financeira saudável e sustentável dos cooperados e cooperativas a longo prazo.

Destaca-se, portanto, que as cooperativas de crédito desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e social, contribuindo democraticamente para a preservação do capital na sociedade, um equilíbrio mais justo de interesses e acesso a serviços financeiros para

..... Artigo

a parcela mais pobre da população e assim, para uma melhor distribuição de renda e geração de empregos, além dos mecanismos de acesso à poupança e ao crédito, também trabalham para buscar aconselhamento e educação financeira para seus funcionários.

Portanto, diante da longa e árdua tarefa de desenvolver um sistema financeiro que inclua todas as camadas da população, é necessário um esforço coordenado e interativo entre os diferentes atores, como visto acima, públicos e privados e, nesse sentido, poupança e cooperativas de crédito. foram considerados ativos nesse processo.

Isso mostra que as políticas de inclusão social e seus resultados dependem das decisões e atividades dos diferentes atores institucionais envolvidos, d definição de Subirats et al. (2012) que descrevem uma política pública como uma cadeia de decisões e ações que são resultado de interações estruturadas entre diferentes atores públicos e privados envolvidos por diferentes razões na emergência, formulação e solução de um problema. politicamente definido como público.

Diante do exposto, pode-se dizer que este estudo atendeu aos objetivos propostos ao apresentar a atuação das cooperativas de crédito, consideradas portadoras de inclusão social no Brasil, mostrando sua capacidade de atuação e os fatores que as tornam importantes ao fazê-lo, faça o processo.

Importantes contribuições tanto para o campo de estudo das cooperativas de crédito quanto para o campo das políticas públicas e relações entre atores estatais e não estatais envolvidos nesse processo, atores estatais e de mercado de difícil acesso, nem todos os sistemas cooperativos presentes no Brasil foram pesquisados hoje. resultados definitivos.

Para tanto, estudos futuros podem ser desenvolvidos para analisar os resultados do Projeto de Inclusão social no Brasil, para mensurar o impacto gerado no público-alvo e comparações de desempenho entre diferentes instituições prestadoras de serviços de microfinanças. Este artigo, embora não pretenda esgotar os estudos nesta área, abre vários caminhos para futuras pesquisas que podem enriquecer o conhecimento no campo da inclusão social e ascensão social com a utilização das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Thiago Botelho; LUIZA, Vera Lúcia; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Políticas públicas e avaliação de implementação. **BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012, jul. 2014, p.7-25.

..... Artigo

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo (Data-base: dezembro/2018), disponível em: Acesso em março, 2022.

_____, Cooperativas de crédito história da evolução normativa no Brasil. Brasília 2003. Disponível em: <www.bcb.org.br>. Acesso em março, 2022

_____, Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central, Brasília 2003. Disponível em: <www.bcb.org.br>. Acesso em março, 2022

_____, Resolução 2.771, de 30/08/2000. A redução de exigência de capital inicial para a abertura de novas cooperativas. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2771_v3_P.pdf>. Acesso em março de 2022.

BARROSO, Marcelo Francini Girão. Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Ribeirão Preto: USP, 2009.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento. **Estudos NEAD** 4. 2ª Edição - Revisada, 2001.

BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 46, p. 18-29, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, publicada no DOU de 20.07.12

CHAVES, Sidney Soares. Cooperativismo de crédito e empresas de pequeno porte em arranjos produtivos locais. Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CICOPA, Ramo da Aliança Cooperativa Internacional que promove cooperativas de trabalhadores, cooperativas sociais e cooperativas de produtores na indústria e serviços.

_____, Conselho Monetário Nacional – CMN. Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília, 1999.

_____, Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1955. Lex: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966. Composição de cada Confederação. Disponível em: <<http://www.cooperativis modecredito.com.br /CECRED.html>>. Acesso em março de 2022.

DURKHEIM, Émili. Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Benefícios econômicos do cooperativismo na economia brasileira. São Paulo. Dezembro de 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIDDENS, Anthony, 1990. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora Unesp.

_____, 2000. Mundo em Descontrole - O Que a Globalização está Fazendo de Nós? Rio de Janeiro: Editora Record.

..... **Artigo**

_____, 2005. **A terceira via:** reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia, 5ª edição. Rio de Janeiro: Record.

Hierarquia da Estrutura Conceitual do Sistema Cooperativista. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br>>. Acesso em março de 2022.

LIMA, Romeu Eugênio de. **Desempenho das cooperativas de crédito que se transformaram para a modalidade de livre admissão.** Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MENEZES, Antonio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios.** Brasília: Stilo, 2004.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** 6 ed. – Brasília: BCB, 2008.

SCHARDDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: Instrumento de organização, econômica da sociedade.** Porto Alegre: Rigel Editora, 2002.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar - o sistema Cresol (1995-2003).** 2005. Tese (Doutorado)-UNICAMP, Campinas-SP, 2005.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO MELO, Abelardo Duarte de. et al. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2 ed. rev. **amp. Brasília:** BCB, 2008.

SUBIRATS, Joan; KNOEPFEL, Peter; LARRUE, Corinne; VARONE, Frédéric. **Análisis y gestión de políticas públicas.** 2. ed., Barcelona: Editorial Planeta.